



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS



A3P
AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2017

Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Sarney Filho

Secretário Executivo

Marcelo Cruz

**Secretário de Articulação
Institucional e Cidadania
Ambiental**

Edson Duarte



Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC)

Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS)

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS



A3P

Ficha Técnica

Diretora do Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis

Raquel Breda

Gerente do Programa A3P

Dioclécio Luz

Autores

Elias Nunes

Dioclécio Luz

Diagramação e arte

João Pedro Coppola Romancini

Equipe Técnica

Elias Nunes

Fernanda Espíndola

Isabela Pereira

João Pedro Coppola Romancini

Luiz Augusto Vitali

Paulo Raiz

Ucilene Carvalho

Valmir Conceição Rodrigues

Capa

João Pedro Coppola Romancini

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação - CIP

B823g Brasil. Ministério do Meio Ambiente.

Gestão socioambiental nas universidades públicas : A3P / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. – Brasília, DF : MMA, 2017.

35 p., il. color.

ISBN: 978-85-7738-302-3

1.Gestão socioambiental. 2.Universidades Públicas. 3.Políticas públicas de sustentabilidade. 4.A3P. I.Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. II.Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. III.Título.

CDU: 502.173:378.4-027.555

Ministério do Meio Ambiente
Biblioteca



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Uma gestão socioambiental | 7 |
| História da A3P..... | 9 |
| A3P na Universidade pública..... | 11 |
| Responsabilidade compartilhada e logística reversa..... | 14 |
| Eixos temáticos..... | 15 |
| 1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos..... | 15 |
| 2) Gestão de resíduos gerados..... | 15 |
| 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo..... | 16 |
| 4) Sensibilização e capacitação dos servidores e professores...16 | |
| 5) Contratações públicas sustentáveis..... | 16 |
| 6) Construções, reformas e ampliações sustentáveis..... | 17 |
| Implantando a gestão socioambiental..... | 17 |
| 1º Passo – Criar uma comissão gestora A3P..... | 17 |
| 2º Passo – Realizar o diagnóstico da universidade..... | 18 |
| 3º Passo – Elaborar o plano de gestão socioambiental..... | 21 |
| 4º Passo – Promover a mobilização e sensibilização..... | 22 |
| 5º Passo – Realizar a avaliação e monitoramento das ações..... | 23 |
| Selo de sustentabilidade..... | 25 |
| Bibliografia..... | 26 |
| Legislação | 29 |
| Anexos..... | 30 |
| - Planilha-modelo: Diagnóstico Socioambiental da Universidade..... | 30 |
| - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)..... | 36 |



UMA GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A adoção do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é uma oportunidade das universidades públicas se transformarem, modernizando sua administração. Ao implementar a A3P a universidade pública mostra para a comunidade universitária e para a sociedade como um todo, que adoção das diretrizes socioambientais promove uma economia de recursos, reduzindo impactos sobre o meio ambiente e melhoram a qualidade de vida.

Este manual foi elaborado especialmente para os gestores de universidades públicas. Aqui se demonstra que, sob todos os pontos de vista, a adoção da A3P representa um ganho de qualidade para a universidade e para todos os atores envolvidos com ela.

A A3P revela que algumas atitudes, algumas práticas simples, podem resultar em grandes mudanças socioambientais. Por exemplo, a universidade pode substituir ou reduzir o consumo de determinados bens e produtos que geram grande impacto ambiental por outro de menor impacto. A universidade pode adotar procedimentos que reduzam o consumo de água; pode reutilizar a água da chuva, ou das pias e chuveiros. O gasto com energia elétrica pode ser menor se forem utilizadas luminárias mais eficientes, se for replanejado o uso de elevadores, se for revisto o sistema que controla os aparelhos de ar condicionado. A A3P orienta sobre como promover uma gestão adequada dos resíduos gerados pela universidade. As edificações da universidade podem ser adequadas para que aproveite melhor a luz solar, o sombreamento e a circulação de ar. Todas essas mudanças estão associadas à A3P e elas geram economia, mas também conforto e melhor qualidade de vida, para quem trabalha, estuda e transita no campus.

A Agenda Ambiental na Administração Pública é uma política pública coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, devidamente testada e aprovada. A A3P foi implantada em mais de 300 órgãos públicos das três instâncias, federal, estadual e municipal, e nos mais diversos setores - aí incluindo bancos, instituições judiciárias, militares e universidades. O Programa A3P é o principal programa de inclusão do tema da sustentabilidade nas atividades administrativas de órgãos públicos de todo país. Os dirigentes perceberam que a A3P estabelece uma nova maneira de administrar. O programa adiciona aos procedimentos tradicionais da administração pública os elementos socioambientais, exatamente aqueles que são exigidos pela modernidade, onde se busca economia, eficiência e sustentabilidade.

Não por acaso, em função dos benefícios trazidos com a sua implantação, o Programa A3P também tem sido usado como modelo de gestão ambiental nas empresas privadas. As diretrizes socioambientais preconizadas pela A3P estão diretamente relacionadas com a preocupação de todos por um planeta melhor. Neste momento, quando o mundo discute o que fazer diante das mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global, é fundamental que cada um – ente público, cidadão e cidadã – faça a sua parte.

De fato, a questão socioambiental é uma preocupação de ordem mundial. Ela foi devidamente absorvida pelas Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a partir da década de 1970. Depois a ONU criou comissão executiva para estudar as mudanças climáticas (IPCC, na sigla inglesa) cujo relatório final foi apresentado em novembro de 2014. O documento do IPCC deixa claro que as mudanças climáticas, associadas ao aquecimento global, decorrem de ações humanas e que cabe à população mundial rever os atuais modelos de produção e consumo, bem como adotar procedimentos que representem menos impactos ao planeta.

O Programa A3P tem relação direta com os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, a agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável que ocorreu em setembro de 2015. Finalmente, cumpre observar que o Brasil participou ativamente da 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris, quando foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças. O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da UNFCCC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável.

É de fundamental importância que a universidade tenha em todos os cursos de graduação das áreas de ciências da saúde, ciências exatas, ciências agrárias, ciências humanas, ciências sociais, ciências biológicas e ciências tecnológicas, disciplinas que tratem da temática ambiental e sustentabilidade. A A3P entende que a sociedade necessita de profissionais e gestores de diferentes áreas com formação acadêmica e conhecimento em meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. O compromisso do profissional com esses temas é que fará a diferença no mercado de trabalho e, mais importante, nos cuidados que ele terá diante dos dilemas e desafios para preservação do planeta.

¹ Os ODS estão listados nos anexos deste manual.

Dentro desse processo, a responsabilidade da universidade é muito especial. Afinal, tudo que ela fizer ou deixar de fazer reflete na sociedade. Sob ela estão os olhares de alunos, professores, servidores e da sociedade - observando, aprendendo. O que se fizer na universidade, pelo simbolismo que ela representa, provoca efeitos que transcendem os aspectos econômicos e ambientais. O olhar da comunidade será outro quando perceber que a universidade está implementando medidas socioambientais com a A3P. Será, principalmente, um olhar de reconhecimento de que a gestão universitária está preocupada com a formação dos alunos e com a vida na comunidade e no planeta.

Constituição Federal, Art. 225:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ Parágrafo 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”

HISTÓRIA DA A3P

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou a A3P por necessidade: percebeu que era necessário inserir todos os entes públicos - federal, distrital, estaduais e municipais - no contexto da gestão ambiental na administração pública, atendendo ao princípio da eficiência e equilíbrio do meio ambiente, estabelecidos na Constituição brasileira.

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999, por iniciativa de servidores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), tendo sido oficializada através da Portaria nº 510/2002 do MMA. O programa foi reconhecido pela UNESCO em 2002 devido à sua relevância e por conta dos resultados obtidos ao longo de sua trajetória, recebendo por isso o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente.

O Programa A3P está fundamentado nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21 que orienta aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de

estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”. Também se fundamenta no Princípio 8 da Declaração da Conferência Rio 92, onde se afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.” Já a Declaração da Conferência de Johannesburgo em 2002, também conhecida como Rio+10, institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar de desenvolvimento sustentável”.

Em 2005 foi criada a “Rede A3P”, um canal de comunicação coordenado pelo MMA, constituído por representantes do setor público e privado, que tenham ou não aderido à A3P. É dessa época a criação do Termo de Adesão à A3P, instrumento que oficializa a parceria entre o MMA e o órgão público.

O Prêmio A3P, que teve sua sexta edição em 2016, foi instituído em 2008, através da Portaria nº 246/2008 do MMA. Concedido a cada dois anos, ele tem como objetivo reconhecer o mérito das iniciativas das instituições públicas, no desenvolvimento de práticas originais e criativas de sustentabilidade.

Inspirada na mesma filosofia da A3P, em 2010 foi promulgada a Lei nº 12.349/2010, que trata das “contratações públicas sustentáveis” na administração pública. No mesmo ano o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), publicou a Instrução Normativa nº 01/2010, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autarquias e fundações, além de estabelecer as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

Em 2011, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) aprovou a Recomendação nº 12/2011 que trata da “adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública”. No ano seguinte foi assinado o Decreto nº 7.746/2012 que trata das Contratações Públicas Sustentáveis.

Embora seja uma agenda voluntária, a A3P tem sido utilizada em escala crescente por instituições públicas de todo país, tornando-se o principal referencial de sustentabilidade dentro do governo.

Lei nº 8.666/1993, Art. 3º:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

A3P NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

O Programa A3P é, basicamente, uma metodologia de planejamento que auxilia as instituições públicas a trabalharem a gestão com responsabilidade socioambiental. O Programa é um conjunto de diretrizes socioambientais que, voluntariamente, podem ser acatadas pelo órgão público.

São objetivos específicos do Programa A3P:

- **Promover a economia de recursos naturais e a redução de gastos do erário público;**
- **Reduzir o impacto socioambiental negativo decorrente das atividades públicas;**
- **Promover a produção e o consumo de produtos e bens sustentáveis;**
- **Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores e professores com práticas esportivas, música, canto, dança, artesanato e outras atividades;**
- **Sensibilizar e capacitar os servidores públicos para as questões socioambientais.**

A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P não impõe regras, procedimentos, práticas e muito menos tecnologias. As diretrizes propostas somente orientam sobre a linha a ser seguida. Mas, de fato, o que fazer e como fazer, é decisão do órgão público. No caso, a universidade tem total liberdade para desenvolver seus sistemas, seus procedimentos, suas soluções. O MMA entende que a implementação da A3P depende muito mais de criatividade que de recursos aplicados, afinal, a peculiaridade de cada órgão requer soluções diferenciadas. Essa liberdade concedida ao órgão para criar soluções de sustentabilidade é considerada uma das grandes virtudes da A3P. E quando se trata de uma universidade – um espaço cotidianamente envolvido na busca do conhecimento – entende-se que essa virtude da A3P estimula mais ainda o caráter da academia.

Por exemplo, a A3P sugere a adoção de métodos que promovam a eficiência energética da universidade. Ora, o departamento de engenharia pode desenvolver placas fotovoltaicas para gerar energia para a universidade. Ou a engenharia agrônoma ou florestal pode projetar um bosque com o objetivo de compensar a geração e CO2 pelas atividades da universidade. Os cursos de medicina, farmácia, enfermagem e outros, podem promover campanhas contra o cigarro, o álcool e drogas diversas. São muitas as possibilidades de ação da universidade dentro das diretrizes da A3P.

O fato é que a gestão administrativa da universidade pública já lida com um conjunto de fatores que dizem respeito ao Programa A3P. Por exemplo: gestão de pessoas; licitação e compras de bens duráveis e materiais de consumo; manutenção das edificações e dos espaços físicos; gestão de resíduos e efluentes. É possível uma gestão que adeque os interesses da universidade às diretrizes da A3P com enormes ganhos para a universidade e todos que estão ligados à ela.

E quais seriam esses ganhos?

Eis alguns deles:

- **implantação de um fluxo organizado dos resíduos, incluindo a coleta seletiva, reutilização e reciclagem, destinação correta;**
- **eficiência energética dos aparelhos eletroeletrônicos, o que significa redução no consumo de energia elétrica;**
- **conforto térmico nas dependências da universidade para um melhor desempenho de todos os envolvidos;**
- **uso de equipamentos hidráulicos que reduzem o consumo da água;**
- **obras de arquitetura e engenharia que utilizem produtos com padrões de sustentabilidade, onde se aproveita elementos como luminosidade, ventilação natural e sombreamento, entre outras alternativas.**
- **instalação de equipamentos de apoio como área de lazer e bicicletário, que trazem mais conforto aos servidores e alunos;**

Constituição Federal, Art. 205:

“A educação, direito de todos e o dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

Implantar a A3P significa promover a melhoria das atividades universitárias, em todos os seus aspectos. Cuida-se das pessoas e dos bens, dos processos logísticos e do saber, das edificações e da comunidade universitária. As mudanças necessárias para a gestão socioambiental, proposta pelo Programa A3P exigem investimentos em recursos humanos e financeiros. É preciso dinheiro, mas, principalmente, a participação de todos que trabalham e estudam na universidade. A A3P só existe de forma coletiva. Quanto aos recursos financeiros, a idéia é fazer uso do que a universidade já tem disponível, direcionando para ações sustentáveis. Os resultados compensam: redução de gastos desnecessários, redução de

desperdícios, ganho em economia e qualidade.

Quando implantadas na universidade as diretrizes da A3P provocam efeitos do tipo sinérgico, ecológico, pedagógico e econômico.

Sinérgico na medida em que aglutina forças, soma energias.

Ecológico porque firma as relações entre os envolvidos.

Pedagógico pela forma com que, através da prática adotada, “diz” a todos da comunidade universitária que está fazendo o certo em termos de sustentabilidade; por servir de exemplo como órgão público; por mostrar aos alunos e demais interessados como funcionam determinados procedimentos ou produtos tecnológicos projetados para causar menor impacto ambiental.

Econômico porque gera redução nos gastos da instituição.

O simbolismo de uma universidade que adota diretrizes socioambientais e, com isso, gera economia de recursos e efeitos positivos no meio ambiente, promove o seu reconhecimento diante da sociedade. A universidade é exemplo, sempre, e, como tal, sempre ensina algo. Quando a universidade adota uma prática, uma atividade, um tipo de gestão, ela está ensinando, ela está dando exemplo - aprendem os alunos, aprendem os professores, aprendem os gestores e aprende a sociedade.

Por conta disso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) entende que as universidades públicas têm um papel fundamental na difusão de práticas socioambientais. Na verdade, essas práticas preconizadas pelo MMA através do Programa A3P não diferem muito do que é ensinado em sala de aula. Direta ou indiretamente, a maior parte do que o Programa A3P preconiza e estabelece como diretriz já faz parte do que se leciona nas salas de aula, e é preocupação de muitos dirigentes acadêmicos. A diferença é que a A3P sistematiza essas diretrizes e aponta caminhos para a sua implantação. Sendo assim, o Ministério do Meio Ambiente - MMA e a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC, através do Departamento de Educação Ambiental – DEA vêm atuando no sentido de desenvolver a Política Nacional de Educação Ambiental, envolvendo diversos setores. O DEA atua, portanto, nas seguintes linhas: I, Capacitação de recursos humanos; II, Desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III, Produção e divulgação de material educativo; IV, Acompanhamento e avaliação.

O MMA dá seguimento à questão apoiando os interessados em implantar a A3P, muitas vezes aprofundando o que já é ensinado na universidade. Este apoio é destinado à reitoria, pró-reitorias, diretorias, gestores universitários, professores, servidores e alunos.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E LOGÍSTICA REVERSA

E na universidade que se ensina, é na universidade que se aprende. Parte da formação educacional e profissional do cidadão e cidadã do conhecimento do que consumir, e dos produtos existentes, se discutem na universidade. A Responsabilidade Compartilhada compreende o ciclo de vida de um produto, e envolve o entendimento e comprometimento de toda a sociedade. Foi através da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que o governo federal oficializou a Responsabilidade Compartilhada, onde fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes, consumidores e a sociedade são responsáveis pelos produtos desde a produção até o descarte, cujos objetivos são:

- **Redução da geração de resíduos sólidos;**
- **Redução do desperdício de materiais;**
- **Redução da poluição;**
- **Redução dos danos ambientais;**
- **Estímulo ao desenvolvimento de mercado, produção e consumo de produtos de materiais reciclados e recicláveis.**

Os fabricantes, distribuidores, importadores e comerciantes terão o desafio de implementar a logística reversa. Já as três esferas dos governos e consumidores, espera-se deles uma atitude pró-ativa e o efetivo engajamento no processo da coleta seletiva.

A Logística Reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social que permite a coleta do que foi consumido e sua restituição ao setor empresarial, para reaproveitamento no mesmo ciclo produtivo ou em outros ciclos. Trata-se do caminho de volta que o produto percorre, após ser vendido e consumido.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010 no artigo 33º definiu os seguintes sistemas de logística reversa obrigatórios:

- **Pneus: Resolução CONAMA N° 416/2009;**
- **Pilhas e baterias: Resolução CONAMA N° 401/2008;**
- **Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;**
- **Lâmpadas fluorescentes, vapor de sódio e mercúrio, e luz mista: Portarias MME nº 1.007 e 1.008/2010;**
- **Produtos eletroeletrônicos e seus componentes;**
- **Embalagens de agrotóxicos como: plástico, metal e vidro; Lei nº 9.974/2000; Decreto nº 4.074/2002.**

A Responsabilidade Compartilhada e a Logística Reversa da PNRS, vem se destacando como uma das mais importantes do MMA. A Lei nº 12.305/2010 visa melhorar a gestão dos resíduos sólidos com base na divisão de responsabilidades entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade. É atribuição do estado, a responsabilidade de implantar sistemas de coleta seletiva domiciliar nas cidades; a compostagem de resíduos orgânicos; o incentivo às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e articular com os agentes sociais e econômicos, a viabilização para a utilização na agricultura do composto orgânico produzido. Este programa pode ser desenvolvido com as universidades públicas, através de convênio realizado entre o Ministério do Meio Ambiente e as Prefeituras Municipais.

Constituição Federal, Art. 37º:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

EIXOS TEMÁTICOS

A Agenda A3P estabeleceu seis eixos temáticos, ou linhas de atuação. Esses eixos temáticos sofrem adaptações conforme a instituição, adequando-se as suas condições. Por isso, o leitor não deve estranhar quando encontrar em outras publicações da A3P conceituações diferentes para os eixos temáticos.

No caso das universidades públicas foram definidos os seguintes eixos de ação da A3P:

1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma inteligente para que haja economia dos recursos financeiros e menos desperdício. Neste contexto, deve-se cuidar para que haja o uso racional de energia, água, madeira, papel, copos, materiais de expediente, entre outros. Usar o necessário, usar bem, não desperdiçar, são alguns princípios a serem seguidos quando se trata de recursos naturais e bens públicos.

2) Gestão de resíduos e efluentes gerados

A gestão adequada dos resíduos, passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. A gestão dos resíduos começa na compra: “a universidade precisa disso? Qual a quantidade? Qual o melhor produto? Qual o produto que traz menos impactos ambientais?” Na realidade o artigo 9º da Lei nº 12.305/2010 já diz que: “Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

A gestão de resíduos só é eficiente se no processo tiver uma destinação correta, devendo ser também uma preocupação educacional da universidade. É o que preconiza o item X do artigo 3º da mesma Lei, quando diz que: “O gerenciamento de resíduos sólidos é um conjunto de ações exercidas direta ou indiretamente nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com o Plano Municipal Gerenciamento de Resíduos Sólidos, exigidos na forma desta Lei”

3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo

O campus não faz a universidade. Quem faz a universidade são as pessoas: professores, dirigentes, servidores e alunos. A A3P tampouco se implanta sozinha – ela é feita pelas pessoas. É preciso criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem aí. A universidade deve atuar para que o ambiente seja o mais agradável possível. A felicidade, o bem-estar, a alegria de quem circula no ambiente, é o grande incentivador da A3P. Neste sentido, a universidade por colaborar com a propagação da felicidade instalando equipamentos que contribuem para a melhor qualidade de vida, como estacionamento para bicicletas, ou espaços como centro de convivência, cultura e lazer. Uma pessoa satisfeita com o trabalho contribui bem mais que aquela que está infeliz na função.

4) Sensibilização e capacitação dos servidores e professores

A sensibilização busca consolidar nos servidores a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental. Ela objetiva revelar a urgência e necessidade de adoção de práticas que promovam a preservação ambiental e o respeito à vida, a partir do local de trabalho, a universidade.

5) Contratações públicas sustentáveis

A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras. Contratações sustentáveis para a

aquisição de produtos e serviços são importantes para a conservação do meio ambiente, mas também porque apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio e longo prazo, quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. Cuidado com o “menor preço”, essa condicionante pode representar mais resíduos, mais problemas, mais impactos ambientais. É preciso pensar no hoje e no amanhã, nas pessoas, na sociedade, e não somente na economia financeira.

6) Construções, reformas e ampliações sustentáveis

Os edifícios públicos devem observar diretrizes socioambientais. As construções devem atentar para os materiais utilizados. A madeira, por exemplo, deve ser certificada; o telhado não deve ser de amianto por conta dos riscos à saúde e ao meio ambiente; as torneiras devem ter corte automático de vazão; a estrutura predial deve conciliar baixo custo com um projeto inteligente de uso da luz natural, dos ventos; um bom projeto de arborização pode significar o descarte dos aparelhos de ar-condicionado. A universidade pode gerar energia a partir de fonte eólica, solar ou biomassa, entre outras; a água da chuva pode ser captada e usada nos jardins; a água da pia, do bebedouro e chuveiro podem ser reutilizadas.

“Gestão Socioambiental é um sistema, elaborado para a administração pública ou privada, com ênfase na sustentabilidade. Visa o uso de métodos e práticas de gestão que minimize o máximo de impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos naturais, proporcionando uma melhor qualidade de vida socioambiental”.

IMPLANTANDO A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A implantação do Programa A3P se dá com a assinatura do Termo de Adesão, o documento oficial de parceria do MMA com a universidade. Para obter o Termo de Adesão e assim implantar a A3P a universidade deve seguir aos seguintes passos:

1º Passo: Criar a comissão gestora A3P

Para que o programa A3P seja eficaz a comunidade acadêmica deve estar representada numa Comissão Gestora eleita democraticamente e com caráter deliberativo e fiscalizador. A comissão dá a largada ao processo de gestão socioambiental compartilhada, algo que

envolve toda comunidade acadêmica: reitor(a), pró-reitores, diretores, professores, pesquisadores, coordenadores, chefes, servidores e alunos.

A Comissão Gestora deve ter caráter oficial. Ela pode aproveitar os arranjos já existentes. Por exemplo, as universidades que participaram das Conferências Nacionais para o Meio Ambiente instalaram nas suas unidades uma nova forma de organização que conta com a participação de professores, diretores, coordenadores, chefes, servidores administrativos e alunos, cuja organização cabe ao delegado e seu suplente, eleitos durante a realização da Conferência Estadual ou Municipal de Meio Ambiente na Universidade ou outra instituição.

O papel da comissão é comandar o processo de implementação da A3P na universidade, incluindo ações voltadas à melhoria do meio ambiente e à qualidade de vida no campus universitário ou em unidades fora do campus.

Em linhas gerais, a Comissão Gestora terá as seguintes atribuições:

- **Sensibilizar a comunidade universitária para a importância da implantação do programa;**
- **Fazer o diagnóstico das edificações do campus ou fora dele;**
- **Planejar as atividades;**
- **Apoiar a implementação das ações;**
- **Realizar a avaliação e o monitoramento das ações.**

2º Passo: Realizar o diagnóstico da universidade

Formada a Comissão Gestora é o momento de realizar o diagnóstico da situação socioambiental da universidade. Esse diagnóstico é de fundamental importância - é a base para iniciar o processo de planejamento, é “uma fotografia” socioambiental da universidade.

Uma boa forma de elaborar o diagnóstico é criar uma metodologia participativa. É preciso contar com todos, convidando servidores administrativos, coordenadores pedagógicos, chefes de departamentos, professores e alunos, para que participem e contribuam com sugestões.

A elaboração do diagnóstico deve estar associada aos eixos temáticos da A3P com um roteiro de observações, contendo indicadores que auxiliam na percepção da situação. Na confecção do diagnóstico três conceitos são fundamentais: indicador, monitoramento, avaliação.

INDICADOR é um sinalizador das evidências observadas. O

indicador corresponde a uma unidade que permite medir alguma coisa e dessa forma fazer comparações. Ele pode ser qualitativo ou quantitativo. O indicador quantitativo atua com uma métrica (kg, unidade, etc.). O indicador qualitativo não tem métricas exatas, elas são subjetivas e resultam da observação do pesquisador, podendo gerar padrões de comportamento ou ações recorrentes.

MONITORAMENTO é o acompanhamento de determinado indicador no período para saber a tendência das ações observadas.

AVALIAÇÃO é a imagem de como determinada situação se encontra num determinado momento. Para avaliar se uma ação está caminhando bem no presente, compara-se com dados do passado.

Constituição Federal, Art. 207:

“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

O quadro a seguir mostra a relação entre os eixos temáticos

| Eixos Temáticos | Indicadores de Sustentabilidade |
|--|---|
| <p>Uso racional dos recursos naturais e bens públicos</p> | <p>Consumo de: Água e produção de esgoto; Energia elétrica; Papel de escritório; Copos e pratos descartáveis; Produtos de limpeza e conservação.</p> |
| <p>Gestão dos resíduos gerados</p> | <p>Destinação de: Resíduos recicláveis; Resíduos perigosos e não recicláveis; Móveis e eletroeletrônicos inservíveis; Orgânicos para aterro sanitário, lixão ou compostagem;</p> |

| | |
|---|---|
| <p>Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo</p> | <p>Espaços de lazer, cultura, arte; Horta própria; Pomar próprio; Compra de alimentos da agricultura familiar; Compra de alimentos orgânicos; Relação com os pais e familiares dos alunos; Esporte, música, dança, canto, artesanato, lazer; Acessibilidade; Estacionamento para bicicletas; Equipamentos e ambiente para atividades físicas e descanso temporal dos servidores.</p> |
| <p>Sensibilização e capacitação dos servidores e professores</p> | <p>Cursos e eventos realizados sobre sustentabilidade; Produção de material educativo. Eventos artísticos, de esportes, cultura.</p> |
| <p>Contratações públicas sustentáveis</p> | <p>Editais realizados com critérios de sustentabilidade.</p> |
| <p>Construções, reformas e ampliações sustentáveis</p> | <p>Aquecimento solar de água; Geração de energia solar por placas fotovoltaicas; Geração de energia por fonte eólica; Equipamentos para captação de água de chuva e reuso de água; Acústica ambiente e conforto térmico; Espaços verdes e de lazer; Piso, revestimento e cobertura de telhado com material sustentável; Saneamento básico com ligação na rede pública coletora de esgotos e tratamento;</p> |

do Programa A3P e alguns indicadores. Esses indicadores podem ser utilizados na construção do diagnóstico.

Este quadro não mostra todos os indicadores, e nem todos se aplicam a todas as universidades. Existem as peculiaridades. A princípio, cada caso é

um caso.

Para fazer o diagnóstico a universidade deve escolher e usar uma planilha contendo os indicadores de sustentabilidade que planeja avaliar.

Considerando que nem todas as universidades estão acostumadas com esse tipo de metodologia, este Manual traz em anexo uma planilha-modelo, com questões relacionadas aos seis eixos temáticos da A3P. A Comissão Gestora tem total liberdade para alterar a planilha adequando-a à sua realidade. O importante é que a nova planilha seja preenchida de modo a expressar a situação real da universidade do ponto de vista da sustentabilidade. A planilha devidamente preenchida vai orientar as ações da universidade.

A planilha-modelo foi elaborada com questões que tratam do ambiente universitário. As respostas objetivam a construção do diagnóstico. São apresentados indicadores que irão auxiliar no processo de monitoramento e também na definição de ações de aperfeiçoamento. A universidade cuidará de definir um mês de referência da coleta dos dados. Esse mês servirá de base para o monitoramento, sendo usado para comparar, no tempo, os efeitos da implantação de determinadas ações, instrumentos ou equipamentos. Por exemplo: Quanto se economizou com água depois da instalação de torneiras de fechamento automático? Quanto se economizou com energia com a redução do uso do ar condicionado e luz elétrica?

3º Passo: Elaborar o plano de gestão socioambiental

Com a planilha preenchida a universidade segue para o novo passo: construir o Plano de Gestão Socioambiental (PGS). Ele define as ações que a universidade vai realizar no aspecto socioambiental. O diagnóstico não necessariamente aponta as ações a serem realizadas, mas indica as necessidades. A construção do PGS deve ser coletiva. Deve-se buscar a participação de todos da universidade para definir quais serão as prioridades do Plano de Gestão.

É importante fazer a previsão dos recursos necessários. A Comissão Gestora deve acompanhar os trabalhos e dar retorno à comunidade universitária, sobre os avanços e as dificuldades encontradas. É uma atividade dinâmica e flexível e por isso deve ser monitorada e avaliada coletivamente para saber se o plano está sendo executado corretamente. Todos devem saber do processo. A transparência é fundamental para o sucesso da A3P. E não poderia ser diferente. As ações definidas pelo PGS contemplam os interesses de todos e, quando implementadas, irão representar um extraordinário ganho para a universidade e seus beneficiários.

Evidentemente, na comunidade universitária há aqueles que não conhecem o meio ambiente e as formas de preservá-lo. É normal que no processo surjam pessoas com propostas descabidas, ultrapassadas, fora do contexto, ou baseadas em argumentos superficiais. Cabe a Comissão Gestora e aos demais envolvidos no processo ser tolerante com esses proponentes e encontrar meios políticos e afetivos de agregar essas pessoas sem que necessidade de adoção de soluções que colocam em risco o projeto. A Comissão Gestora também deve se preparar para, democraticamente, receber propostas de todos os envolvidos, e não somente dos especialistas. O fato de ser especialista não significa que vá acertar sempre; o especialista pode estar errado. Gestores, dirigentes, professores, servidores, alunos e a comunidade universitária, todos podem e devem contribuir.

O PGS define mudanças. Por exemplo, ele pode definir se a universidade irá aproveitar a água da chuva. Neste caso, vai precisar fazer mudanças no telhado, no sistema hidráulico, construir cisternas especiais. Também vai dizer se essa água, captada da chuva, será utilizada para regar a horta, jardim, se vai para a descarga nas bacias sanitárias, para lavar as salas de aula ou para lavar os carros, ônibus ou caminhões da universidade.

O Plano de Gestão Socioambiental (PGS) é uma ferramenta de planejamento que permite à universidade estabelecer as práticas de sustentabilidade e a adoção de métodos que irão racionalizar os gastos. O PGS deve conter os objetivos, os projetos, as atividades ou ações que serão implantadas; as metas a serem alcançadas, as medidas de monitoramento, e uma avaliação com base nos indicadores selecionados.

4º Passo: Promover a mobilização e sensibilização

É preciso contar com as pessoas. Os eventos de sensibilização e capacitação são importantes porque as informações existem para explicar a importância dos procedimentos que estão sendo adotados. As dúvidas devem ser esclarecidas em todas as etapas do processo de implementação da A3P.

Os eventos podem ocorrer tanto na universidade como fora dela, na cidade ou em campus no interior do Estado, através da Pró-reitoria de Extensão. A universidade pode oferecer cursos de sustentabilidade ambiental para professores, servidores e alunos; produzir feira de ciências, exposição de tecnologias renováveis; exposição de fotografia, pinturas, desenhos; exposições artísticas com materiais reciclados. Os eventos devem ser frequentes. É preciso, sempre, atualizar as informações e contar com novos parceiros e parcerias.

No que se refere à formação de alunos, professores e servidores, a universidade pode fazer uso de um instrumento importante, disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e a Secretaria de Articulação

Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC, através do Departamento de Educação Ambiental - DEA, que são os cursos de Educação Ambiental. Os cursos são disponibilizados na forma presencial ou por ensino à distância (EaD). O Ministério do Meio Ambiente tem oferecido cursos sobre o Programa A3P desde 2013 nas duas modalidades. No entanto, existem outros cursos de EaD sobre esta temática oferecidos pelas próprias universidades, ONGs, outros órgãos públicos. Em alguns casos o MMA tem realizado parcerias com instituições públicas para oferecer cursos de interesses do órgão, como, por exemplo, sustentabilidade na administração pública, gestão de resíduos, eficiência energética, licitações e compras sustentáveis, entre outros. A universidade é uma parceira em potencial do MMA na oferta de cursos do tipo.

5º Passo: Realizar a avaliação e o monitoramento das ações

O correto monitoramento e uma boa avaliação vão mostrar como está o Programa A3P de responsabilidade socioambiental implantado. Vai dizer se determinadas atividades implementadas tiveram êxito e se é preciso fazer ajustes para melhorar seus resultados.

Como monitorar?

Como objetivo de facilitar a vida do órgão público o Ministério do Meio Ambiente disponibiliza um Sistema de Monitoramento de Responsabilidade Socioambiental denominado de “Ressoa”. As universidades públicas que aderirem ao Programa A3P, depois que assinam o Termo de Adesão, podem utilizar o Ressoa. Ele vai auxiliar no processo de monitoramento e avaliação. O Ressoa é uma ferramenta auxiliar da gestão administrativa; é um sistema de compilação de dados. Ele permite acompanhar metas, consolidar informações e fomentar o uso sustentável dos recursos naturais nas universidades e em outras instituições públicas parceiras do MMA.

O Ressoa é uma plataforma online – via internet a universidade preenche e encaminha seus dados para o MMA na forma de relatório anual. O MMA, por sua vez, utiliza os dados disponibilizados pelo órgão, para acompanhar a implantação da A3P na instituição, seus resultados, seus avanços.

Dúvidas quanto à implantação da A3P?

O Programa A3P disponibiliza uma equipe de técnicos para tirar as dúvidas de todos os interessados. As questões podem ser apresentadas por telefone ou e-mail. E o interessado ainda pode obter mais informações na *homepage* da A3P através dos contatos:

Fone: 61- 2028 1500

E-mail: a3p@mma.gov.br

Home: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>

“A noção de sustentabilidade implica uma necessária interrelação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte.” (Pedro Jacobi, 1999).”



BIBLIOGRAFIA

BIDERMAN, Rachel; MACEDO, Laura Silvia Valente de; MONZONI, Mario; MAZON, Rubens. (Organizadores). - **Guia de Compras Públicas Sustentáveis: Uso do Poder de Compra do Governo para a promoção do Desenvolvimento Sustentável.** (caderno técnico). Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Contratações Públicas Sustentáveis/Ministério do Planejamento. – **PLS e Ações Sustentáveis.** (artigo). Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/pls-e-acoes-sustentaveis?categorias=351> Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/FUNASA/Ministério da Saúde. - **Orientações Metodológicas para Programa de Educação Ambiental em Saneamento para Pequenos Municípios.** (livro técnico). Brasília. 2014. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/orient_ed_sa_caderno1.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.** (livro) – Brasília – DF. 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_publicacao/20_publicacao06062011041901.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento.** (livro). Brasília. 2009. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/CartilhaEducacaoAmbientaleMobilizacao_Social.pdf Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério do Desenvolvimento Agrário. – **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.** (livreto). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério da Educação. - **Manual de Escolas Sustentáveis: Resolução CD/FNDE nº 18, de 21 de maio de 2013.** (artigo técnico). Disponível em: http://pdeinterativo.mec.gov.br/escolasustentavel/manuais/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Acordo de Paris.** (artigo). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo->

de-paris Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Gestão de Resíduos Orgânicos.** (artigo). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/gest%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-org%C3%A2nicos> Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Plano de Gestão de Logística Sustentável.** (artigo). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/destaques/item/8975-planos-de-gest%C3%A3o-de-log%C3%ADstica-sustent%C3%A1vel> Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. – **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB** – (livro técnico). Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/AECBF8E2/Plansab_Versao_Conselhos_Nacionais_020520131.pdf Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/SINIR/Ministério do Meio Ambiente. – **Plano Nacional de Resíduos Sólidos.** (artigo). Disponível em: <http://www.sinir.gov.br/web/guest/plano-nacional-de-residuos-solidos> Acesso em: 18.10.2016

BRASIL/Ministério do Meio Ambiente. - **Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA.** (livro). 3ª edição. Brasília. 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Ministério das Relações Exteriores. – **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** (artigo). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods> Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/ONU/Rio + 20. – **Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável.** (artigo). Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/tema/desenvolvimento-sustentavel/> Acesso em: 10.10.2016

BRASIL/Programa Cidades Sustentáveis. **Guia GPS – Gestão Pública Sustentável.** (livro). Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/gest%C3%A3o-p%C3%BAblica-sustent%C3%A1vel.pdf> Acesso em: 10.10.2016

CARDOSO, Jhêssica Ribeiro. - **Contratações Públicas Sustentáveis: da teoria à prática.** (livro). Escola Nacional de Administração Pública. ENAP. Brasília. 2016. Disponível em: <https://comunidades.enap.gov.br/ram/compras/pdf/licitacoes-sustentaveis/contratacoes-publicas.pdf> Acesso em: 18.10.2016

COFFANI-NUNES, Klaudio. - **Sustentabilidade Ambiental das Universidades: Avaliação de seis Universidades sediadas no Estado de São Paulo a partir da análise das informações em seus websites.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista. UNESP. Bauru – SP. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93069/>

coffaninunes_k_me_bauru.pdf?sequence=1 Acesso em: 18.10.2016

COGO, Gisele Alves da Rocha. – **A Sustentabilidade na Administração Pública Federal: um desafio às organizações.** (Monografia de Especialização). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. UTFPR. Ponta Grossa – PR. 2011. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1386/1/PG_CEGI-CI_VII_2011_11.pdf Acesso em: 18.10.2016

FACULDADE DE CIÊNCIAS/UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/Campus de Bauru. – **Projeto Recicla UNESP.** Disponível em: <http://www.fc.unesp.br/#!/projeto-recicla> Acesso em: 18.10.2016

HEGENBERG, Juliana Trianoski. – **As Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: um estudo nas Universidades Federais.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. UTFPR. Curitiba – PR. 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/571/1/CT_PPGPGP_M_Hegenberg,%20Juliana%20Trianoski_2013.pdf Acesso em: 18.10.2016

HOLLNAGEL, Heloisa Candia; MORAES, Francisca C. Candeias de. - **A Importância dos Cursos relacionados à Sustentabilidade na consolidação da Agenda Ambiental Brasileira na Administração Pública (A3P).** (artigo). VI Congresso de Gestão Pública. Brasília. 2013. Disponível em: http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/828/1/C6_TP_A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DOS%20CURSOS.pdf Acesso em: 18.10.2016

JACOBI, Pedro. – **Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas.** Editora CEPAN. São Paulo. 1999. 175-189.

PIACITELLI, Leni Palmira; ROVEDA, Sandra Regina M. Masalskiene. - **A Sustentabilidade nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo, Brasil: um cenário em construção.** (artigo). Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/viewFile/1111/1082> Acesso em: 18.10.2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. – **Manual de Economia de Energia.** (livro). Porto Alegre – RS. 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/biblioteca/manualuse.pdf> Acesso em: 18.10.2016

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. – **A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implantação de Campus Universitário.** Revista Gestão e Produção, v.13, n.3, p.503-515, set.-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/gp/v13n3/11.pdf> Acesso em: 18.10.2016

TOMMASIELLO, Maria Guiomar Carneiro; GUIMARÃES, Simone Sendin

Moreira. - **Sustentabilidade e o papel da Universidade: desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade democrática?** (artigo). Revista de Educação do COGEIME. Vol.22, nº 43. 2013. Disponível em: <https://www.redemetodista.edu.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/COGEIME/article/view/114/100> Acesso em: 18.10.2016

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. – **Marco Legal das Licitações e Compras Sustentáveis na Administração Pública.** (caderno técnico). Consultoria Legislativa/Câmara dos Deputados. Brasília. 2011. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema1/2011_1723.pdf Acesso em: 18.10.2016

VIEIRA, Cristiano Martins; VOLZ, Mariane Rodrigues. – **Licitações Públicas: a inserção dos critérios de Sustentabilidade e os reflexos na Administração Pública Federal.** (artigo). 2º Fórum Ecolnovar. Santa Maria – RS. 2013. Disponível em: <http://ecoinovar.com.br/cd2013/arquivos/artigos/ECO215.pdf> Acesso em: 18.10.2016

LEGISLAÇÃO

Instrução Normativa do MPOG nº 10/2012. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/IN-MPOG-10-12-11-2012.pdf> Acesso em: 19.10.2016

Lei nº 8.666/1993; Lei nº 12.349/2010 Artigo 3º - **Licitações e Contratos na Administração Pública. Desenvolvimento Nacional Sustentável.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm Acesso em: 08.11.2016

Lei nº 12.349/2010 – **Desenvolvimento Sustentável nas Licitações Públicas.** 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20620/a-lei-n-12-349-2010-e-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel-nas-licitacoes-publicas#> Acesso em: 18.10.2016

Lei nº 6.938/1981 – **Política Nacional do Meio Ambiente.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm Acesso em: 07.10.2016

Lei nº 9.433/1997 – **Política Nacional de Recursos Hídricos.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm Acesso em 10.10.2016

Lei nº 9.795/1999 – **Política Nacional de Educação Ambiental.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm Acesso em: 07.10.2016

Lei nº 12.305/2010 – **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 07.10.2016

Lei nº 11.445/2007 – **Política Nacional de Saneamento Básico.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm Acesso em: 07.10.2016

| Questões relacionadas ao tema | Evidências observadas | Indicadores de Sustentabilidade |
|---|---|---|
| A universidade verifica mensalmente o consumo de água? | () Sim () Não | Consumo (m3) de água (Valor na conta) |
| A universidade verifica mensalmente o consumo de energia? | () Sim () Não | Consumo (Kwh) de energia (Valor na conta) |
| A universidade verifica mensalmente o consumo de papel? | () Sim () Não | Consumo (resmas) de papel |
| A universidade verifica mensalmente o consumo de copos descartáveis? | () Sim () Não | Consumo (unidades) de copos descartáveis |
| A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de água? | () Sim () Não Relatar Práticas: | 1. 2. 3. |
| A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de energia? | () Sim () Não Relatar Práticas: | 1. 2. 3. |
| A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de papel? | () Sim () Não Relatar Práticas: | 1. 2. 3. |
| A universidade adota alguma prática para reduzir o consumo de copos descartáveis? | () Sim () Não Relatar Práticas: | 1. 2. 3. |

Eixo temático: Gestão adequada dos resíduos sólidos gerados

| Questões relacionadas ao tema | Evidências observadas | Indicadores de Sustentabilidade |
|---|--|---|
| <p>A universidade separa os resíduos sólidos recicláveis?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quantidade (Kg) de papel</p> |
| | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quantidade (Kg) de papelão</p> |
| | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quantidade (Kg) de plástico</p> |
| | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quantidade (Kg) de metal</p> |
| | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quantidade (Kg) de vidro</p> |
| <p>A universidade separa resíduos perigosos?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quantidade (unidade) de lâmpadas fluorescentes, cartuchos, toners...</p> |
| <p>A universidade descarta bens inservíveis como: eletroeletrônicos, fogão, geladeira, freezer, carteiras escolares, cadeiras, mesas, escrivaninhas, painéis, lousas e outros?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quais os produtos e que quantidade?</p> |
| <p>A universidade realiza a compostagem de resíduos orgânicos?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Qual a quantidade produzida? O que é feito com o composto?</p> |
| <p>A universidade adota práticas para redução do material de expediente (lâpis, caneta, papel, pincel atômico, cartucho de impressora, outros)?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quais são as práticas? 1. 2. 3.</p> |

Eixo temático: Sensibilização e capacitação dos servidores

| Questões relacionadas ao tema | Evidências observadas | Indicadores de Sustentabilidade |
|---|--|---|
| A universidade promove capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, sobre questões ambientais? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Indicar o tipo de atividade e seu conteúdo: 1. 2. 3. |

Eixo temático: Qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo

| Questões relacionadas ao tema | Evidências observadas | Indicadores de Sustentabilidade |
|---|--|---|
| A universidade realiza projetos de educação ambiental? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Especificar os temas dos projetos: 1. 2. 3. |
| A universidade promove eventos com a comunidade do entorno sobre sustentabilidade socioambiental? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Especificar os tipos e temas do evento: 1. 2. 3. |
| A universidade tem bicicletário? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Sua capacidade é suficiente? |
| Os equipamentos de esporte e lazer são preservados e utilizados? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Quantos equipamentos? Quais são os equipamentos? |
| A universidade tem rampas de acesso ou elevador para deficientes? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Indicar quantos e os tipos: |

| | | |
|--|--|--|
| A universidade tem equipamentos adequados à portadores de necessidades especiais? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Indicar quantos e os tipos: |
| A universidade possui equipamentos de proteção nas escadas? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Indicar quantos e os tipos: |
| A universidade possui uma horta? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Quem é o responsável pela horta? Alunos, professores, servidores...? |
| A horta é utilizada nas refeições? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Especificar os tipos de hortaliças ou legumes produzidos na horta: |
| A universidade compra alimentos orgânicos? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Especificar os tipos de hortaliças ou legumes comprados: |
| A universidade compra alimentos da agricultura familiar? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Indicar quantos produtores da agricultura familiar e os tipos de alimentos comprados: |
| A universidade tem pomar? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Especificar os tipos de frutas: |
| A universidade tem criação de animais (bovinos, caprinos, suínos, aves e outros)? | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | Especificar os animais: |

Eixo temático: Construções, reformas e ampliações sustentáveis

| Questões relacionadas ao tema | Evidências observadas | Indicadores de Sustentabilidade |
|--|--|--|
| <p>A universidade faz uso de fonte alternativa de energia renovável?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Indicar qual a fonte e a quantidade de energia gerada (Kw)</p> |
| <p>A universidade possui aquecedor solar?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Indicar os usos dados a essa água aquecida.</p> |
| <p>A universidade tem estrutura para captação e uso de água da chuva? Essa estrutura está em uso?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Indicar volumes disponibilizados Indicar necessidades estruturais para o seu uso.</p> |
| <p>A universidade está ligada à rede pública de saneamento?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Descrever:</p> |
| <p>As salas de aula têm janelas para ventilar? As salas de aula usam de forma eficiente a iluminação natural? As salas de aula têm janelas mas não usam, por serem climatizadas?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Quantas por ambiente ou sala? Descrever: Indicar quantos aparelhos de ar-condicionado são utilizados por sala de aula? Qual a situação ideal?</p> |
| <p>As salas de aula possuem algum tipo de parede de proteção contra ruídos externos?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | <p>Descrever a eficiência dessas paredes:</p> |

| | | |
|--|--------------------|--|
| O mobiliário da universidade é de madeira certificada? | () Sim () Não | Explicar quais certificados são utilizados: |
| A universidade faz uso de material ou equipamento reciclado ou reutilizado? | () Sim () Não | Descrever esses materiais e equipamentos, incluindo os artísticos: |
| A universidade possui jardim? | () Sim () Não | Identificar dimensão e plantas presentes Quantas árvores? Que espécies? |
| Existe praça ou parque próximo da universidade? | () Sim () Não | Quantos? Como a escola utiliza? |

Eixo temático: Contratações Públicas Sustentáveis

| Questões relacionadas ao tema | Evidências observadas | Indicadores de Sustentabilidade |
|---|------------------------------|---|
| A universidade realiza licitações para compra de produtos ou contratação de obras e serviços sustentáveis? | () Sim () Não | Quantos editais Quais produtos Quais serviços Quais as obras Quais os valores envolvidos? Quais os critérios de sustentabilidade utilizados? |

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL²

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos (*)

Objetivo 14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

² Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de setembro de 2015.



“Gestão Socioambiental é um sistema elaborado para a administração pública ou privada, com ênfase na sustentabilidade. Visa o uso de métodos e práticas de gestão que minimize o máximo de impacto ambiental das atividades econômicas nos recursos naturais, proporcionando uma melhor qualidade de vida socioambiental”



A3P

AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC
Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis - DDPCS

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Esplanada dos Ministérios – Bloco “B” – 9º andar

Cep 70068-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2028-1500

www.mma.gov.br/a3p

e-mail: a3p@mma.gov.br

**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

